



Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 14/2021

Período: 01/05/2021 - 07/05/2021

GEDES – UNESP

- 1- General Eduardo Pazuello e a CPI da Pandemia
- 2- Periódico relembrou 40 anos do atentado do Riocentro
- 3 - Periódico analisou a imagem dos militares após o governo Bolsonaro
- 4- Militares da ativa praticam ativismo político em desobediência a legislação militar
- 5- Orçamento militar caiu pela metade em 2020
- 6- Rotina de militares foi alterada em razão da pandemia
- 7- Comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais explicou a atuação das Forças Navais no país
- 8- As Operações de Garantia da Lei e da Ordem completarão 30 anos em 2022
- 9- Gasto com pessoal militar aumentou em 2020, enquanto o gasto com funcionários civis diminuiu
- 10- Aeronáutica transportou remédios sem eficácia comprovada para o combate da Covid-19

### 1- General Eduardo Pazuello e a CPI da Pandemia

Os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram o andamento das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, iniciada em 04/05/21 pelo Senado Federal, no que se refere às apurações em torno do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde. O *Correio* informou que Pazuello estava se preparando para o interrogatório e que no fim de semana anterior ao início da CPI havia se reunido com assessores do governo no Palácio do Planalto para “receber orientações e informações”, a fim de que “não titubeie nem se atrapalhe” durante a oitiva. O *Estado* apontou a oitiva do general como a que mais pode trazer consequências ao governo federal, razão pela qual Pazuello tem sido “treinado para suportar a pressão”. Segundo o *Correio* e a *Folha*, a estratégia da oposição é sustentar o interrogatório por longas horas, com o objetivo de cansá-lo e irritá-lo para extrair o máximo de informações possíveis. A *Folha* apontou que outro grupo de senadores pretende convocá-lo pela segunda vez mais adiante, conforme surgirem novos fatos durante as investigações “para flagrar eventuais mentiras, que configurariam crime”. Além disso, pretendem apurar as razões da fala do general sobre o presidente da República Jair Bolsonaro de que “um manda e o outro obedece”, ao se referir à desistência na aquisição do imunizante Coronavac em 2020 e apurar se a não aquisição de vacinas em tempo hábil foi

ato discricionário do presidente ou do ministro. De outro lado, conforme o *Correio*, o general e o presidente seguem alinhados tanto na linha de defesa que Pazuello deve adotar, de acusar governadores e prefeitos, quanto por sua recente nomeação a um cargo na Secretaria Geral da Presidência, que o deslocou de uma estrutura do Exército em Manaus, no estado do Amazonas. O jornalista Luiz Carlos Azedo, em coluna ao jornal, apontou que o general é “caso perdido, coleciona decisões e atitudes equivocadas” e que o atual ministro da pasta, o médico Marcelo Quiroga, segue seus passos ao manter a militarização do Ministério e estar tão atrapalhado quanto Pazuello no plano de vacinação. Em coluna para a *Folha*, o geógrafo Demétrio Magnoli comentou o papel desempenhado pelo general Eduardo Pazuello à frente do Ministério da Saúde e seu futuro testemunho na CPI da Covid no Senado. Magnoli disse que Pazuello cometeu “crimes potenciais contra a saúde pública” ao postergar a compra de vacinas e distribuir cloroquina em hospitais, um “falso tratamento milagroso”, e que a CPI não pode admitir o alibi de “obediência devida”, pois o general da ativa, enquanto ministro, era auxiliar político do presidente e não “subordinado numa hierarquia militar”. O geógrafo afirmou que a CPI “tem o dever de analisar as responsabilidades pessoais do general que obedecia”, uma vez que dispunha de autonomia e “poderia ter dito ‘não’”, mas “não tem o direito de usá-lo como bode expiatório, fingindo que ninguém emitia as ordens desastrosas”. No dia 05/05/21, os três jornais noticiaram que Pazuello não compareceria à CPI por motivos de saúde. O general alegou estar com suspeita de covid, após ter se encontrado com outros dois militares infectados com a doença. Pazuello foi convidado para depor no dia 19 deste mês. Segundo a *Folha*, alguns senadores insinuaram que o adiamento se tratou de uma tentativa de obstrução dos trabalhos da CPI. “Se o ministro Pazuello está de quarentena, não tem problema a gente esperar 14 dias para ele vir aqui. Não tem problema. Mas será presencial. Sabe por quê? Não haverá subterfúgios na minha presidência”, afirmou o presidente Omar Aziz. Ademais, como reportado pela *Folha de S. Paulo*, o general da reserva e ex-ministro do governo Bolsonaro, Carlos Alberto dos Santos Cruz, também comentou a exposição de Pazuello na CPI da Covid, afirmando que a mesma afeta negativamente a imagem do Exército. Para o general da reserva, os militares que se tornaram ministros no governo são individualmente responsáveis por seus atos, e isenta a instituição das Forças Armadas de quaisquer responsabilidades quanto à atuação dos mesmos. Porém, a opinião pública não enxerga o governo e o Exército como entes separados, por isso as ações cometidas por militares no primeiro afetaria a imagem do segundo. (Correio Braziliense - Política - 04/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 01/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/21; O Estado de S. Paulo 04/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 07/05/21)

## 2- Periódico relembrou 40 anos do atentado do Riocentro

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou reportagem recordando a exata data de 40 anos do atentado terrorista praticado por agentes da ditadura militar (1964-1985) no Rio de Janeiro. Dentre todos os envolvidos, cinco ainda estão vivos, sendo quatro militares e um ex-delegado da Polícia Civil. Segundo *O Estado*, nenhum militar foi punido pelo que aconteceu e todos os quatro membros do Exército citados foram promovidos na carreira: Nilton de Albuquerque Cerqueira, então coronel e comandante da Polícia Militar do estado do Rio, e Newton Araújo

de Oliveira e Cruz, então chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), são hoje generais reformados; Wilson Machado, então capitão e um dos executores do ataque segundo o Ministério Público Federal (MPF), foi reformado como coronel; Divany Carvalho Barros, então capitão na Seção de Operações do Destacamento de Operações de Informação (DOI) do estado do Rio e incumbido da tarefa de remover as provas da cena do crime de acordo com o MPF, passou à reserva como major. Além das promoções, o periódico também destacou que o general Nilton Cerqueira foi ainda secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro entre 1995 e 1998, e que o Supremo Tribunal Federal decidiu por não reabrir o caso Riocentro após os militares terem sido indiciados por crimes contra a humanidade. (O Estado de S. Paulo - Política - 01/05/21)

### 3 - Periódico analisou a imagem dos militares após o governo Bolsonaro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a presença de militares em importantes cargos no governo de Jair Bolsonaro é um dos principais motivos do aumento da crise de identidade dos militares como atores políticos no Brasil. Neste sentido, Bolsonaro utilizou o prestígio das Forças Armadas (FFAA) em troca de benefícios, contudo isso causou efeitos negativos à imagem dos militares. A crise institucional, ocorrida em março de 2021, que resultou na demissão do ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e da renúncia coletiva dos três comandantes das FFAA, ainda que a escolha dos novos comandantes tenha diminuído a crise, o questionamento sobre o papel dos militares no governo Bolsonaro persistiu. De acordo com Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-secretário de Governo na gestão Bolsonaro, a crise institucional foi uma “confirmação da postura profissional, que é igual nos novos e antigos comandantes”. Além disso, Santos Cruz criticou a gestão do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello e o desequilíbrio da representação social durante o governo Bolsonaro. De outro lado, Vinicius Mariano de Carvalho, diretor do Brazil Institute do King’s College de Londres, criticou a omissão do poder civil, que seria responsável por controlar as Forças Armadas. Por sua vez, o cientista político Octavio Amorim Neto, professor da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, afirmou que após os desgastes sofridos pelos militares durante o governo Bolsonaro, existe uma tendência que os militares diminuam sua participação direta na política, voltando a serem atores com menor exposição. Neste sentido, um oficial das Forças Armadas ouvido pela *Folha*, afirmou que o novo comandante do Exército indicou que deixará as redes sociais, em contraste ao episódio ocorrido em 2018, no qual, o então comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas pressionou o Supremo Tribunal Federal a não conceder habeas corpus ao ex-presidente República Luiz Inácio Lula da Silva. (Folha de S. Paulo - Poder - 02/05/21)

### 4- Militares da ativa praticam ativismo político em desobediência a legislação militar

Na última segunda-feira (03/05/21) o jornal Correio Braziliense divulgou os resultados de uma pesquisa que buscava tuítes políticos na rede social de 115 militares da ativa ligados ao general Eduardo Villas Bôas. De acordo com o periódico, em um período de dois anos (2018-2020) foram encontradas cerca de

3,4 mil publicações com posicionamento político nas redes sociais de 22 oficiais-generais - 19 generais, 2 almirantes e 2 brigadeiros. O conteúdo presente nas postagens está em grande maioria relacionados à demonstração de apoio ao Governo Federal, no entanto, há algumas poucas publicações que demonstram aversão as atitudes do presidente da República Jair Bolsonaro e seus familiares. Esse tipo de comportamento e exposição é proibida dentro das Forças Armadas, pelo Estatuto Militar e regimentos disciplinares e portarias das Forças. De acordo com o Ministério da Defesa existem também cartilhas que orientam e explicam os comportamentos permitidos nesse ambiente de relacionamento. Desde que a pandemia começou, o número de tuítes de militares da ativa com teor político aumentaram ainda mais, assim como as punições. De acordo com o periódico, a Marinha puniu em 2020, 20 militares por comportamento indevido em redes sociais. Segundo o cientista político Eliezer Rizzo de Oliveira, este tipo de publicação viola as normas militares e deve ser controlada, pois “a aplicação das normas republicanas confronta o partido fardado, ao passo que a impunidade reforça a autonomia militar”. Já para os antropólogos Celso Castro e Piero Leirner e as de cientistas políticos como José Murilo de Carvalho e Oliveiros S. Ferreira uma das questões centrais do debate é o conceito de “partido fardado” cunhado pelo cientista político francês Alain Rouquié. Para Oliveira, o “partido fardado” é uma ação antiga feita pelos militares para continuar influenciando o país nas tomadas de decisões através de um ativismo militar. De acordo com a pesquisadora Ana Penido, do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes), o “partido fardado” é uma organização temporária que surge nos momentos de tensão interna nas Forças Armadas ou entre as instituições e o governo. Já o coronel da reserva Marcel Pimentel afirmou que a politização dos militares teve início na última década e que o “partido militar se coloca em um dos polos da política e cria o risco de divisões nas Forças, com a volta ao estado de indisciplina crônica, vivido nos quartéis antes de 1964”. (Correio Braziliense – Apoio – 03/05/21)

##### 5- Orçamento militar caiu pela metade em 2020

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, os investimentos militares caíram pela metade no ano de 2020, o menor nível em uma década, depois de ter havido “fartura” em 2019, primeiro ano do presidente da República, Jair Bolsonaro, retornando ao padrão de gastos com pessoal. De acordo com dados do Siga Brasil - sistema de Informações sobre orçamento público federal -, os gastos caíram para R\$ 8,1 bilhões. Segundo o jornal, as razões para a queda estão no fato de não ter havido em 2020 a manobra de 2019 que permitiu que a Marinha recebesse R\$ 7,6 bilhões referentes à contratação de uma empresa para a construção de novas fragatas, que possibilitou o investimento sem aumentar o déficit público. O jornal apontou que o ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva vinha insistindo na ampliação do drible fiscal em todos os setores das Forças. Além disso, os gastos com pessoal aumentaram de 73,3% para 79,6%, com a maior parte sendo destinada a inativos e pensões. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/21)

##### 6- Rotina de militares foi alterada em razão da pandemia

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a rotina nos quartéis militares modificou-se desde o início da pandemia de Covid-19 no Brasil. Dentre elas, a corrida de grupos militares que acontecia no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, entre 07h e 08h da manhã, ou mesmo em outras cidades. A partir de então, a orientação foi que os militares realizassem as atividades físicas em casa ou individualmente nos quartéis. Além disso, foi recomendado o uso constante de máscara e cumprimentos utilizando os cotovelos quando não se tratasse de saudações militares. Conforme o jornal, isto se verteu em problema político e rememorou que a saída do ex-comandante do Exército, o general Edson Leal Pujol começou a ser definida quando, em uma cerimônia do Comando Militar do Sul, Pujol se recusou a cumprimentar o presidente da República Jair Bolsonaro com aperto de mão e lhe deu o cotovelo. Embora oficiais-generais apontem que já não é mais assim, a *Folha* afirmou que cumprimentos por apertos de mão ou cotovelos simbolizavam proximidade ou distanciamento do bolsonarismo. Ademais, a maior parte das cerimônias foi cancelada e nas formaturas que permaneceram e que contavam com a presença de Bolsonaro as máscaras eram mais incomuns. Apesar de não ser possível trabalho remoto para militares, oficiais idosos ou com comorbidades foram afastados do trabalho presencial e em alguns quartéis há alternância de dias trabalhados por parte dos mais velhos. Aos procedimentos apontados como “incontornáveis”, o jornal apontou que as Forças adequaram protocolos, embora tenha havido surto de Covid-19 na Academia da Força Aérea, em Pirassununga, no estado de São Paulo e “bolsões esporádicos da doença” em razão da concentração. Apesar de a contaminação ser maior comparativamente ao resto da população, em 14,7% com lotação de hospitais militares, a taxa de mortalidade é inferior, sendo 0,17% contra 2,5%. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/21)

#### 7- Comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais explicou a atuação das Forças Navais no país

Em entrevista para o *Correio Braziliense* no dia 05/05/21, o comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante de esquadra Paulo Martino Zuccaro, explicou a atuação das Forças Navais no país, inclusive durante a pandemia do novo coronavírus. O comandante-geral destacou a produção de equipamentos de proteção individual e hospitalares no Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais no início da pandemia, como medida efetiva no enfrentamento à circulação do vírus. Além disso, ressaltou o desenvolvimento de “uma câmara de pressão negativa para diminuir a chance de infecção de profissionais de saúde”. Zuccaro frisou que o trabalho das Forças Navais exige muitos recursos, dado que a Força é empregada “desde os conflitos armados tradicionais, operações de assistência humanitária, missões de paz, garantia da lei da ordem e resposta a desastres naturais”. (Correio Braziliense - Cidades - 06/05/21)

#### 8- As Operações de Garantia da Lei e da Ordem completarão 30 anos em 2022

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) completarão 30 anos em 2022, entretanto deixam um legado questionado pelas esferas militar e civil. As GLOs surgiram da “necessidade de dar uma aparência de cidade pacífica ao Rio em 1992”, quando a mesma sediou a conferência ambiental Rio-92 durante o governo de Fernando Collor de Mello,

mas com o passar do tempo elas também passaram a ser aplicadas em diferentes contextos, como nas operações Verde Brasil 1 e Verde Brasil 2, que tinham como objetivo central combater o desmatamento na Amazônia. Porém, de acordo com Bruno Langeani, gerente do Instituto Sou da Paz, “o uso banalizado de um recurso excepcional traz desmoralização, já que o emprego recorrente não trouxe melhoras significativas no cenário da violência”. Além disso, há o risco de corrupção dos militares empregados nas GLOs, uma vez que estão em contato com o tráfico e outras formas de criminalidade. A *Folha* destacou que o presidente da República Jair Bolsonaro reduziu bastante o emprego de GLOs quando comparado aos seus antecessores, mas isso se deve ao fato de que defende o emprego da “excludente de ilicitude”, ou seja, norma que isentaria criminalmente os militares que se envolvessem em tiroteios com vítimas. (Folha de S. Paulo - Poder - 06/05/21)

#### 9- Gasto com pessoal militar aumentou em 2020, enquanto o gasto com funcionários civis diminuiu

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o gasto com o pessoal militar, ativos e inativos, teve um aumento real (descontada a inflação) de 4% no ano de 2020, enquanto o gasto com o funcionalismo civil diminuiu em 2%. Se forem considerados apenas os funcionários na ativa de ambas categorias, as diferenças se acentuam ainda mais. Nesse caso, o aumento foi de 7% aos membros das Forças Armadas, na contramão de uma diminuição de 4% com o pessoal civil. Ademais, considerando os três primeiros meses de 2021, a tendência se manteve, e as despesas com militares tiveram um acréscimo novamente de 7%, em contraposição a um decréscimo ainda maior nas despesas com civis, de 6%. A razão, segundo o *Estadão*, foi a reforma da carreira militar, aprovada em 2019, que aumentou os soldos recebidos no decorrer da mesma. A reestruturação da carreira foi condição para que os membros das Forças Armadas aceitassem a reforma da previdência aprovada no mesmo ano. Porém, com a diminuição do tempo de vigência da aposentadoria, a remuneração recebida por militares no decorrer do período na ativa aumentou muito, fazendo com que o gasto com um militar durante toda a sua vida (período na ativa e aposentadoria) aumentasse no total. (O Estado de S. Paulo - Economia - 07/05/21)

#### 10- Aeronáutica transportou remédios sem eficácia comprovada para o combate da Covid-19

Conforme noticiou o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um inquérito para investigar a política de cloroquina do governo do presidente da República Jair Bolsonaro, e em ofício enviado ao mesmo; assinado pelo tenente-brigadeiro Antonio Carlos Bermudez, comandante da Força Aérea Brasileira (FAB); declarou-se que aeronaves da FAB transportaram 132 caixas e 5000 comprimidos de cloroquina no período de 2020 a fevereiro de 2021, o destino dos medicamentos foi omitido. Além do destino, não se explicitou a quantidade de remédios contidos em cada caixa e quando os transportes ocorreram. A *Folha* também identificou casos em que a cloroquina foi enviada para comunidades indígenas, no Amazonas e em Roraima, com a intenção de realizar o “tratamento precoce” para a Covid-19, sem eficácia comprovada.

Ademais, a reportagem também ressaltou o uso de laboratório farmacêuticos das três Forças (Exército, Marinha, Aeronáutica). O Laboratório Químico Farmacêutico do Exército produziu 3,2 milhões de comprimidos da cloroquina depois de determinação do presidente Bolsonaro; o laboratório da Aeronáutica auxiliou na embalagem e rotulagem do produto, conforme divulgado em nota pela Força, que também divulgou o envolvimento do laboratório da Marinha no processo. O MPF enviou um ofício aos comandantes do Exército e da Marinha questionando os órgãos públicos que foram utilizados por Bolsonaro para implantar sua política de cloroquina. A Aeronáutica defendeu que a sua participação seguiu o planejamento do Ministério da Saúde, repassado ao Ministério da Defesa. Portanto, a Força teria apenas cumprido a sua missão. (Folha de S. Paulo - Saúde - 07/05/21)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).